

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

## **MULHERES, EDUCAÇÃO E HISTÓRIA DO TRABALHO: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO FEMININA ATRAVÉS DOS PERIÓDICOS OPERÁRIOS BELORIZONTINOS (1897-1930)**

Daniela Oliveira R. dos Passos  
Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE-UEMG)  
ddanipassos@gmail.com

Renata Garcia Campos Duarte<sup>1</sup>  
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG – Unidade Ibirité) e Centro  
Universitário Estácio de Belo Horizonte (Estácio-BH)  
renatagcd@yahoo.com.br

### **Introdução**

O presente trabalho apresenta como objetivo investigar as relações construídas entre o trabalho feminino e a educação, em Belo Horizonte, entre os anos de 1897 e 1930, no âmbito do processo de formação do mercado de trabalho livre no Brasil, a partir da análise de alguns impressos operários produzidos na capital mineira. Igualmente, busca-se verificar as diferentes formas de representação das mulheres na imprensa operária, se como operárias, se a partir de um viés que as atrelava às tarefas domésticas, ou de outras formas.

Há de se destacar que o processo de industrialização do Brasil no alvorecer do século XX alterou a estrutura social e modificou hábitos e costumes tradicionais e familiares, o que afetou as condições de vida e de produção social das mulheres. É nesse contexto que os movimentos sociais se organizaram e despontaram no cenário nacional, todavia, o movimento feminista, com suas pautas específicas, só surgiu a partir dos anos 1930.

O recorte espacial/temporal, a cidade de Belo Horizonte, nos anos de 1897 a

---

<sup>1</sup> Bolsista do Programa Pesquisa Produtividade da Estácio-BH.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

1930, justifica-se por ser este um espaço eminentemente urbano, e por estar em fase de construção, logo, necessitando de mão de obra qualificada independente de gênero. A construção da nova capital mineira recorreu à mão de obra dos trabalhadores imigrantes, atraindo, também, mão de obra de todas as partes do estado. Muitas famílias viram-se motivadas pelas oportunidades de trabalho na recém-inaugurada capital ou acompanharam seus patrões no processo de transferência do corpo administrativo estadual de Ouro Preto, a antiga capital, para Belo Horizonte. O recorte temporal compreende o ano de inauguração da nova capital, o que nos possibilitará avaliar a dimensão dessa transferência de mão de obra do “interior” do estado para a nova capital. Além disso, acreditamos que a nascente capital é um terreno profícuo para os estudos relacionados às práticas efetivas de “educação” da população trabalhadora no contexto do pós-abolição e da formação do mercado de trabalho livre em Minas Gerais. O marco final, ano de 1930, tem por objetivo avaliar essas relações de trabalho em período anterior ao início da chamada Era Vargas<sup>2</sup>.

No que se refere à metodologia, a proposta, ainda em desenvolvimento, se desdobra em duas etapas. A primeira, de caráter empírico, consiste na consulta, coleta e transcrição das fontes documentais, sobretudo periódicos operários. Esses impressos,

[...] em geral, eram jornais e revistas produzidos e/ou destinados aos operários e vinculados às associações, sem periodicidade definida e de curta duração, sendo necessárias subscrições para manutenção, e cujas tendências políticas, bem como as suas principais contendas e tensões, eram expressas em suas páginas. (DUARTE, 2019, p. 144).

A segunda etapa, analítica, baseia-se na sistematização e análise dos dados elencados. Sabe-se que as mulheres, além das tarefas domésticas, por vezes, exerciam trabalhos “fora de casa” com fins de complementação da renda familiar, por exemplo, como operárias de fábrica têxteis, empregadas domésticas, lavadeiras etc. Contudo, a hipótese desta pesquisa é a de que não havia oferta de cursos e outros projetos educacionais destinados a elas, bem como as referências às mulheres na imprensa operária de Belo Horizonte, quando ocorriam, se davam em virtude de sua importância ao bom

---

<sup>2</sup> Ver: PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. A construção da cidade de Belo Horizonte e a formação educacional das classes trabalhadoras (1893-1930). *Cadernos de pesquisa: pensamento educacional*, v. 15, p. 104-120, 2020. Disponível em: <https://interin.utp.br/index.php/a/article/view/2195>.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

andamento do lar, ou seja, com ênfase ao âmbito do doméstico, não havendo destaque em relação às tarefas exercidas fora desse local.

Ante o exposto, em um primeiro momento abordaremos debates relativos às mulheres e os mundos do trabalho a fim de entender de que modo as mulheres estavam inseridas nas relações de trabalho, e, em seguida, discutiremos de que modo as mulheres foram representadas na imprensa operária, identificando, igualmente, a existência de projetos educacionais a elas atribuídos. Como a pesquisa está em curso, apresentaremos os resultados da análise do jornal *O Labor*, publicado no ano de 1905, em Belo Horizonte. Espera-se que esse estudo possa contribuir para um diálogo estimulante entre a história da educação, questões de gênero e a história social do trabalho, em Belo Horizonte, nas décadas iniciais da República.

## **Mulheres e Mundos do Trabalho**

Hoje em dia contar a história das mulheres soa como algo evidente, pois uma história “sem mulheres” parece algo improvável. Porém, até meados do século XX, isso não existia. A escrita da história tem sido um privilégio dos homens. Foram os homens que decidiram quais áreas do passado deveriam ser registradas, quais tipos de histórias valiam a pena investigar, ou quais indivíduos mereciam a atenção dos pesquisadores. As mulheres tiveram pouca ou nenhuma participação nesse processo. Felizmente, como dito, isso vem mudando, não de forma gratuita ou fácil, mas como uma conquista pautada nas lutas dos movimentos sociais ao longo do século XX.

Além disso, desde as últimas quatro ou cinco décadas, aproximadamente, observou-se, no campo da história, uma ampliação de pesquisas que buscaram dar voz à sujeitos, anteriormente, excluídos da historiografia. Tais pesquisas possibilitaram a constituição da história social. Eric Hobsbawm, em texto clássico de 1970, menciona as dificuldades de definição do termo “história social” e que, até as décadas de 1950 e 1960, “não havia nenhuma premência em defini-lo, já que não se haviam formado os interesses institucionais e profissionais que normalmente insistem em demarcações precisas”. (HOBSBAWM, 2007, p. 83). De acordo com esse autor, a formação de um campo acadêmico especializado em história social somente começou a se desenvolver a partir da

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

década de 1950. Ou, como afirma a historiadora Hebe Castro (1997, p. 47), “foi nas décadas de 1950 e 1960, entretanto, que uma história social, enquanto especialidade, tendeu a se constituir no interior desta nova postura historiográfica, que começava a se tornar hegemônica”.

Hobsbawm (2007, p. 87) afirma, ainda, que a história social não compõe uma mera especialização, tendo em vista a impossibilidade de isolar o seu tema de outros aspectos essenciais dos seres humanos (questões materiais, ideias, entre outros). Logo, tal enfoque preocupa-se com a vida real das pessoas comuns, valorizando as experiências cotidianas desses sujeitos. (CASTRO, 1997; SAMUEL, 1991). Nesse quadro teórico da história social verificou-se um movimento historiográfico que buscou colocar as mulheres (também os operários, negros, prisioneiros etc.) enquanto protagonistas da história. Segundo Perrot,

O advento da História das Mulheres deu-se na Grã-Bretanha e os EUA nos anos de 1960 e França uma década depois. Diferentes fatores imbricados – científicos, sociológicos, políticos – ocorreram para a emergência do objeto “mulher”, nas ciências humanas em geral e na História em particular. (PERROT, 2017, p. 19).

Escrever história das mulheres é algo complexo, porque o fenômeno do feminismo é algo que desperta opiniões apaixonadas e militâncias por vezes extremas. Desde as suas primeiras manifestações, ainda no século XIX, o movimento foi muito particular, visto que desafiou a ordem conservadora que excluía as mulheres do mundo público e que propunha também ações revolucionárias partindo das mulheres. (PINTO, 2003).

Um outro ponto que também dificulta escrever e pesquisar sobre o movimento feminista é o fato dele ser amplo, diverso e, ao mesmo tempo, fragmentado, com múltiplas manifestações. Reconstruir essa história tão fragmentada, que vai de grandes manifestações públicas a reuniões privadas em casas de intelectuais, não é simples.

Desde os primórdios da Revolução Francesa (1789), é possível identificar mulheres que de forma mais ou menos organizada lutaram por seu direito à cidadania, a uma existência legal fora de casa, único lugar em que tinham algum tipo de reconhecimento como esposas e mães. Fora dos limites da casa restavam-lhes a vida religiosa ou a acusação de bruxaria. Na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX as lutas e manifestações

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

esparsas cederam lugar a uma campanha mais orgânica pelos direitos políticos de votarem e serem votadas. O movimento sufragista se espalhou pela Europa e Estados Unidos, construindo a primeira vaga de feminismo organizado no mundo. (PINTO, 2003, p. 13).

No Brasil não foi diferente. A primeira fase do movimento das mulheres teve como foco a luta pelos direitos políticos, sendo conquistado o direito ao voto no ano de 1932 com a liderança Bertha Lutz<sup>3</sup>. Mesmo assim, é possível identificar diferentes vertentes do movimento no início do século XX, entre eles as manifestações da imprensa feminina alternativa – apresentando como pauta, além dos direitos políticos, a educação feminina e a presença das mulheres no mundo público – e o movimento das trabalhadoras que lutavam pelo fim da dominação de forma ampla que tinha como ideologias o anarquismo e o comunismo. (PINTO, 2003).

Ademais, para escrever história são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é um dificultador quando se trata da história das mulheres. Isso porque a presença feminina é frequentemente apagada, seus vestígios, defeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígio. A gramática é masculina (se misturam os gêneros, temos *eles*). As estatísticas são assexuadas (a sexuação das estatísticas é recente, tendo sido demandada por pesquisadoras do trabalho feminista). Pelo casamento as mulheres perdiam os seus sobrenomes, o que dificulta reconhecer linhagens femininas. Todos esses fatores ocorrem para a destruição da memória feminina. (PERROT, 2017).

Especificamente no que se refere a história das mulheres e os mundos do trabalho há uma dificuldade em escrever a difícil vida das operárias (os baixos salários, os maus tratos, as longas jornadas de trabalho e sobretudo o contínuo assédio sexual) das primeiras décadas do século XX no Brasil. Isso porque, na maioria das vezes, as operárias eram descritas como “mocinhas infelizes e frágeis”. Pouco se dizia sobre a militância das trabalhadoras. (RAGO, 2017). Existem diversos discursos sobre as mulheres: imagens,

---

<sup>3</sup> Bióloga por formação, Bertha, também foi uma ativista política para o reconhecimento da mulher na esfera pública cidadã. Seu interesse no feminismo teve início durante o período que passou estudando na Europa, quando teve contato com o movimento sufragista que ocorria por lá. Em 1919, criou no Brasil a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que mais tarde se tornaria a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, liderando a campanha sufragista no país. Em 1932, por decreto de Getúlio Vargas, foi alcançado o estabelecimento do direito ao voto feminino no Brasil. Bertha Lutz investiu em sua vida política e em 1936 assumiu posição de deputada federal, cargo no qual executou propostas de mudança na legislação referente ao trabalho da mulher, visando, dentre outros direitos, a igualdade salarial, a participação em questões públicas e a licença maternidade. (LÔBO, 2010).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

literatura, artes plásticas. Mas, ignorava-se o que as mulheres pensavam sobre si, como viviam ou sentiam.

As dificuldades aparecem desde logo, principalmente se consideramos que o/a pesquisador/a trabalha com imagens diferenciadas, produzidas pelos documentos disponíveis. Frágeis e infelizes para os jornalistas, perigosas e “indesejáveis” para os patrões, passivas e inconscientes para os militantes políticos, perdidas e “degeneradas” para os médicos e juristas; as trabalhadoras eram percebidas de vários modos. (RAGO, 2017, p. 579).

Poucos são os documentos escritos por mulheres trabalhadoras, a não ser algumas denúncias em jornais operários ou entrevistas orais realizadas em períodos mais recentes. Sabemos muito mais da construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras, do que sua própria condição social, sexual e individual. Se no século XIX elas estavam presentes nos parques industriais, no século XX essa presença diminuiu, sendo elas substituídas pelos homens, conforme Margareth Rago,

Enquanto em 1872 as mulheres constituíam 76% da força de trabalho nas fábricas, em 1950 passaram a representar 23%. O desenvolvimento das indústrias intensificado pela Primeira Guerra Mundial, que trouxe um aumento de 83,3% da população operária no espaço de treze anos, explica-se pela ampla incorporação do trabalho masculino em detrimento do feminino. (RAGO, 2017, p. 582).

Já as mulheres negras, pós-1888, continuaram trabalhando nos setores considerados mais desqualificados, recebendo salários baixíssimos e péssimo tratamento, além de serem apresentadas, na documentação disponível, como figuras extremamente rudes, bárbaras e promiscuas, destituídas, por conseguinte, de qualquer direito de cidadania.

Sobre os debates e projetos – pensados sobretudo pelas elites dirigentes – direcionados para a formação do trabalhador cidadão, Faria Filho afirma que em Minas Gerais, e em outros estados brasileiros, o delineamento jurídico, ideológico e político do sistema republicano de governo deu-se concomitantemente à instituição do mercado de trabalho livre. Por este motivo, “formar o cidadão para a República significou [...] formar o trabalhador para o trabalho assalariado.” (FARIA FILHO, 1990, p. 80-81). A vinculação entre a formação do trabalhador/formação do cidadão revelava, ainda nos primeiros anos do século XX, o quanto o “fantasma” da escravidão perambulava pelos

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mundos do trabalho.

A preocupação das elites governantes em educar/formar o trabalhador cidadão não se limitava ao “universo” do labor masculino. Pelo contrário, estendia-se ao universo feminino impingindo às mulheres uma dupla responsabilidade nesse processo: como trabalhadoras/cidadãs e como mães responsáveis pela educação dos futuros cidadãos republicanos. (TILLY, 1994). Desse modo, voltar os olhares para as mulheres trabalhadoras possibilita um novo espaço para a compreensão do processo de formação do operário cidadão, tão precioso a uma República que almejava conformar a sua população laboriosa para a “ordem e o progresso”.<sup>4</sup>

Vale ressaltar que, nesse contexto, a mulher pobre vivia o dilema de regular o parco salário do seu companheiro para suprir as necessidades domésticas ou escapar da miséria através do seu próprio salário e arriscar-se a sofrer o pejo de “mulher pública”.

A norma oficial ditava que a mulher devia ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua. Longe de retratar a realidade, tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite colonial, e muitas vezes espelhado nos relatos de viajantes europeus, que servia como instrumento ideológico para marcar a distinção entre as burguesas e as pobres. Basta aproximar-se do tempo presente para constatar que as mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa. (FONSECA, 2017, p. 517).

Sabe-se que parte significativa do proletariado no Brasil do início do século XX era formada por mulheres e crianças, por isso se faz necessário entender um pouco mais essa dinâmica entre feminismo, mundos do trabalho e educação. As vivências cotidianas das mulheres sempre foram múltiplas e dinâmicas, o que traz à tona questionar não apenas o ambiente privado (a que teoricamente estavam inseridas), mas também o espaço da rua, o que nos mostra os aspectos tanto do trabalho quanto os processos ditos “educacionais” para atender aos padrões de disciplinamento do período em questão.

No que se refere a cidade de Belo Horizonte, as elites e as instituições que se

---

<sup>4</sup> Os debates sobre a formação de um mercado de mão de obra livre, no Brasil, iniciaram-se muito antes da inauguração do regime republicano, em 1889. Já nas primeiras décadas do século XIX as leis de locação de serviço, assim como as leis posteriores relacionadas à escravidão, já indicavam a preocupação das elites dirigentes em estabelecer o controle e a fixação da mão de obra e da criação de um *ethos* de valorização do trabalho. O fim eminente da instituição escravista tornava urgente o estabelecimento de novas formas de controle sobre os trabalhadores, principalmente sobre os libertos, que prescindissem da violência física como recurso de persuasão ao trabalho. (CASSOLI, 2015).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

instalaram no espaço urbano da cidade, em suas primeiras décadas de existência como capital, se alinharam ao ideário de progresso e modernização que guiaria o projeto de governo republicano e modificaria a vida política em seus níveis mais locais. E isso incluía também pensar as mulheres no espaço público em construção.

## **Mulheres em impressos operários de Belo Horizonte: uma análise de *O Labor* (1905)**

*O Labor* foi um periódico quinzenal, de propriedade da Confederação Auxiliadora dos Operários, que foi criada em Belo Horizonte em 1905 e orientava-se a partir dos princípios de filantropia, sociabilidade, instrução, ordem e progresso, os quais esbarrava “com os princípios do Positivismo, crendo encontrar na sua filosofia um meio para solucionar os problemas do momento, evitando assim a conturbação social e política.” (PASSOS, 1991, p. 13). Ao todo, sabe-se de 12 edições publicadas entre 18 de junho de 1905 e 31 de março de 1906. Todavia, não foi possível localizar a 11ª edição do periódico. A redação, inicialmente instalada na sede da Confederação, estabeleceu-se em diferentes locais da região central de Belo Horizonte. A partir da nona edição, fixou-se na Rua Guajajaras, 329 – igualmente na região central, momento em que inaugurou oficina tipográfica própria, a Tipografia Moderna.

Com a análise das edições de *O Labor*, foi possível identificar três textos, em diferentes edições, os quais, direta ou indiretamente abordam a questão feminina. O primeiro deles, publicado na primeira edição do periódico, em 18 de junho de 1905, foi assinado por Victor Hugo e recebeu o título “A mulher”:

A mulher é a humanidade, vista pelo seu lado tranquilo: a mulher é o lar, é a casa, é o centro de todos os pensamentos suaves.

É o terno conselho de uma voz inocente, no meio de tudo o que nos envolve, nos irrita e nos arrasta.

Muitas vezes em torno de nós são todos inimigos a mulher é o afeto. Demos-lhe o que lhe é devido. Demos-lhe na lei – o lugar a que tem direito. A mulher contém o problema social e o mistério humano. Parece a extrema fraqueza, e é a grande força. O homem que ampara o povo precisa de se amparar a uma mulher, e no dia que ela nos faltar falta-nos tudo. (CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 18 jun. 1905, p. 04).

Esse texto, provavelmente de autoria masculina, apresenta a mulher como uma

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

espécie de alegoria para o lar, significando a residência, esteio da família, apesar da aparente fraqueza, é ela a força familiar. Observa-se, a despeito do tom elogioso em relação a força da figura feminina, a visão da mulher atrelada à sua importância na casa para a família, sendo, por vezes, sua figura central.

Mesmo estando no início do século XX, o pensamento positivista ainda sofria a influência dos filósofos das luzes, que diziam ser preciso ministrar às meninas a noção dos seus deveres. De acordo com Rousseau:

Toda educação das mulheres deve ser relativa aos homens. Agradá-los, ser-lhes úteis, fazer-se amar e honrar por eles, criá-los, cuidar deles depois de crescidos, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhe a vida agradável e suave: eis os deveres das mulheres em todos os tempos, e o que se deve ensinar-lhes desde a infância. (ROUSSEAU *apud* PERROT, 2017, p. 92).

Era necessário instruir as meninas/mulheres somente para o que fosse necessário pela ótica masculina. Formá-las para o papel de dona de casa, esposa e mãe. Ensinar-lhes bons hábitos de higiene, economia doméstica, valores morais de pudor, obediência, ternura, sacrifícios para com a família, enfim, tudo que fosse considerado enquanto “virtudes femininas”. (PERROT, 2017).

Um outro escrito, na terceira edição, de 18 de julho de 1905, relata o dia seguinte a realização do casamento narrado por uma mulher, sob o título “Diário de uma recém-casada”. Apesar do frequente uso de pseudônimos masculinos como uma estratégia utilizada por mulheres para preservar a identidade e conseguirem a aceitação do público, ou como uma espécie de batismo simbólico em um mundo marcadamente masculino, como afirma Telles (2004), esse texto é de autoria de Ramon Navarrete, escritor espanhol que viveu no século XIX.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Ainda que a narradora afirme o cansaço, o medo, a tristeza e as contrariedades do dia do casamento em virtude da separação da família, a sua felicidade estava atrelada ao bom casamento, demonstrando a insegurança de ser bem-sucedida em sua nova função de esposa, e afirmava: “Estou certa de que saberei cumprir os deveres que a igreja me impõe; serei sempre fiel, recatada, honesta... porém, cumprirá ele igualmente os seus?” (CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 18 jul. 1905, p. 04). Reconhecendo as diferenças sociais entre homens e mulheres, afirma que as possíveis faltas do marido não teriam as mesmas consequências de falhas realizadas por mulheres, todavia, poderia acarretar a redução do seu afeto enquanto esposa. O texto promete continuar nas próximas edições do jornal, o que não aconteceu, conforme foi verificado em análise das edições do periódico.

Por fim, o último texto que faz referência a temática feminina está situado na sétima edição do jornal, de 22 de outubro de 1905. É uma nota comunicando a alteração do nome de um jornal da União Operária de Engenho de Dentro, de *O Três de Abril* para *A União Operária*, da qual se destaca a menção seguinte: “À frente da sua redação, além de Pinto Machado, que é presidente da associação, está Elisa Scheid, esta incansável batalhadora pela liberdade dos operários. [...]” (CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 22 out. 1905, p. 02). Sabe-se que Elisa Scheid foi militante no movimento operário e professora municipal do Rio de Janeiro. (RIZZINI; GOMES; SCHUELER, 2020).

Vale ressaltar que a força de resistência feminina é algo intenso no cotidiano de muitas mulheres. É um sinal de subverter e mudar o regime de submissão ao masculino. E adentrar o mundo da escrita, nesse aspecto de luta, foi uma forma de também resistir. Fazer ou escrever um jornal tornou-se um modo de expressão do feminino. Mesmo que em vários momentos usassem codinomes masculinos ou participassem de jornais/revistas efêmeros, as mulheres conseguiam assinalar sua entrada na esfera pública. Em meados do século XIX e início do século XX, o jornalismo

[...] estava em vias de se tornar uma profissão acessível às mulheres (...) o exercício do jornalismo significava ao mesmo tempo ter uma parte ativa na construção da opinião pública, liberdade de movimento e abertura para o mundo. (PERROT, 1998, p. 84).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Nesse sentido, é interessante o reconhecimento do engajamento de Scheid nas lutas operárias, porém, não foi possível perceber em *O Labor* destaque a nenhuma mulher em Belo Horizonte, principalmente se considerarmos que as mulheres sequer participavam das associações operárias, como a própria Confederação Auxiliadora dos Operários.

## Considerações finais

Pensar a história das mulheres é também enfatizar a complexidade e a diversidade das experiências e das realizações conquistadas ao longo do tempo. Nos mundos do trabalho, as mulheres compunham grande parte do proletariado no Brasil de início do século XX e estavam presentes nos espaços fabris de fiação e tecelagem (principalmente as imigrantes europeias), submetidas ao pagamento de baixos salários, aos maus-tratos, à exploração e ao assédio sexual. Já as mulheres negras, nesse momento pós-abolição, seguiram ocupando cargos empregatícios associados ao serviço doméstico e eram, à época, consideradas destituídas de qualquer cidadania e inteligência, sendo, portanto, inferiores. (RAGO, 2017).

No geral, o trabalho feminino era tido como uma ameaça à honra das mulheres, já que configurava um entrave à família. Ao contrário desse pensamento quase unificado, feministas que se dedicavam ao crescimento do movimento de mulheres no Brasil, defendiam o trabalho delas como importante instrumento de incorporação social e de luta contra a manutenção de um sistema de privilégio masculino.

Destarte, abordar a presença das mulheres nos mundos do trabalho no início do século XX é também pensar as lacunas e as dificuldades de se construir essa escrita pela ótica feminina. Em *O Labor* foi possível verificar somente três textos que, de algum modo, abordaram a questão feminina, não havendo uma unidade de pensamento a respeito da forma como enxergavam as mulheres, se como boas esposas e frágeis (em duas edições do jornal), ou como partícipe do movimento operário (em uma edição do jornal).

Fato é que não houve nenhuma menção a alguma mulher específica de Belo Horizonte e nem era usual a existência de mulheres como sócias das associações. Tampouco foi possível verificar a existência de algum projeto educacional destinado às

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mulheres nas edições analisadas. Há de se destacar que esta pesquisa está em andamento e outros jornais operários ainda serão analisados a fim de verificar tanto a representação feminina nos periódicos, bem como a existência de propostas educacionais para mulheres.

## Referências

CASSOLI, Marileide Lázara. *A construção da liberdade: vivências da escravidão e do pós-abolição. Mariana, 1871-1920*. 2015. 280 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em História, Belo Horizonte, 2015.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 41-59.

CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 01, 18 jun. 1905.

CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 03, 18 jul. 1905.

CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 07, 22 out. 1905.

DUARTE, Renata Garcia Campos. *Imprensa Operária e Educação: debates e demandas educacionais dos trabalhadores de Belo Horizonte (1897-1930)*. 2019. 285 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Conhecimento e Inclusão Social em Educação, Belo Horizonte, 2019.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A República do Trabalho: a formação do trabalhador-cidadão no alvorecer do século XX. *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, n. 08 e *Revista do Departamento de História*, n. 10 (número conjunto), Belo Horizonte, 1990.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2017. p. 510-553.

HOBSBAWM, Eric. Da história social a história da sociedade. In: HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1970]. p. 83-105.

LÔBO, Yolanda. *Bertha Lutz*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. A construção da cidade de Belo Horizonte e a formação educacional das classes trabalhadoras (1893-1930). *Cadernos de pesquisa: pensamento educacional*, v. 15, p. 104-120, 2020.

PASSOS, Mauro. *A Classe Trabalhadora em Minas Gerais e a Igreja Católica: a ponta de uma memória (1900-1930)*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2017.

\_\_\_\_\_. *Mulheres públicas*. São Paulo: Unesp, 1998.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2017. p. 578-606.

RIZZINI, Irma; GOMES, Camila; SCHUELER, Alessandra. Elisa Scheid: uma professora nos movimentos de trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil (Engenho de Dentro, Rio de Janeiro, 1890 a 1910). *Rev. HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 20, p. 01-18, 2020.

SAMUEL, Raphael et al. ¿Qué es la Historia Social? *Historia Social*, Valencia, n. 10, p. 135-149, primavera-verano 1991.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas e escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 401- 442.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 03, p. 29-62, 1994.